

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Hermes Fonseca
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma
PL	Serafina Carrilho
PSB	Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Emenda Aditiva:

Acrescenta-se um novo artigo ao Capítulo V, da Constituição Estadual, que trata do meio ambiente, com a seguinte redação:

Art. ... - As empresas que desenvolvam atividades potencialidades poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente.

Sala das Sessões, em 26.04.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Proposta de Emenda Constitucional em tela, visa dar maior efetividade à função fiscalizadora do Estado no que tange à preservação do meio ambiente.

É público e notório que muitas empresas que exercem atividades com elevado potencial poluidor, o fazem sem sofrer qualquer fiscalização, ou quando esta é feita, ocorre de modo muito precário. Não raro, quando o Poder Público chega até o local, através de seus agentes, as empresas já se encontram em pleno funcionamento, não havendo muito a ser feito.

O que se pretende com a presente proposta de emenda constitucional, é criar um mecanismo efetivo, na proteção ao meio ambiente, que seja preventivo, agindo antes que ocorra o dano ambiental. O que se busca é evitar o dano, isto é muito mais importante que posteriores penalizações.

A licença ambiental exigida como pré-requisito para o registro na Junta Comercial de empresas que pretendam desenvolver atividade potencialmente poluidora ou que degrade o meio ambiente, evitará que muitos aventureiros ou desavisados, venham a causar danos ao meio ambiente.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, objetiva a inserção de um novo artigo ao Capítulo V, da Constituição do Estado, que trata do Meio Ambiente.

É deveras preocupante a situação em que se encontra o Estado do Paraná no aspecto atinente à destruição desvairada do meio ambiente, pelos mais variados tipos de agressão, que vão desde o desmatamento indiscriminado ao lançamento de agentes poluentes nos mananciais hidrográficos e na própria atmosfera.

A Emenda em apreço objetiva fornecer ao Estado os meios necessários, através de disposição constitucional expressa, com vistas a coibir a prática de qualquer tipo de agressão que cause impacto ambiental significativo.

Como é de notório conhecimento, muitas empresas são as grandes responsáveis por esse estado de coisas e, como bem disse a Ilustre Autora da presente emenda em sua justificativa, depois de instaladas incorretamente, o mal que venham a causar é de difícil reparação.

Por se tratar de medida preventiva, objetivando a melhoria das condições de vida da população e até da sobrevivência das gerações futuras, a proposta em exame é de grande oportunidade.

Quanto à constitucionalidade, não há vício algum que possa obstar sua tramitação.

Isto posto, o parecer é favorável, opinando esta relatoria pela aprovação da matéria, porém, para melhor adequação ao texto constitucional, não como novo artigo, mas como § 3º, do artigo 207, devendo ser o atual § 3º remanejado para § 4º.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Dá nova redação ao artigo 43 da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 43: É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas ou entidades privadas”.

Sala das Sessões, em 30.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar o texto constitucional à realidade da administração pública e adequando-a aos dispositivos da Constituição Federal.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

As propostas de Emendas à Constituição em epígrafe, ambas de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Zuk, objetivam dar nova redação ao artigo 43 e sumprimir o artigo 44, da Constituição Estadual.

Ditas Emendas não podem ser analisadas separadamente, por tratarem de matéria inter-relacionadas, valendo dizer que se uma das emendas for aprovada e a outra rejeitada, fatalmente criará uma anomalia de impossível reparação, inviabilizando a aplicação das disposições contidas nos referidos artigos, ora em vigor, se não vejamos:

No que se refere à alteração do artigo 43, a proposta restringe-se à vedação da cessão de funcionários públicos da administração direta ou indireta do Estado, somente a

empresas ou entidades privadas, excluindo da vedação a cedência para empresas ou órgãos públicos, ficando, portanto, livre a cessão de servidores entre órgãos da Administração Pública, inclusive de um Poder para outro.

Se esta emenda for aprovada, e também a que propõe a supressão do artigo 44, não ocorrerá nenhum problema, a cessão poderá ser feita livremente, como dito acima, o que corresponde a intenção do autor.

Cabe aqui frisar que não existe nenhum impedimento de ordem constitucional para a efetivação das medidas propostas. As barreiras existentes restringem-se tão somente a razões de ordem técnica/legislativa, as quais sanadas, encontra-se a proposição em condições de ser submetida à apreciação plenária.

Considerando as razões expostas, julgamos ser de bom alvitre a fusão das Emendas, manifestando-nos favoravelmente à sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA À EMENDA N°

O artigo 43 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43 - “É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas ou entidades privadas”.

Suprima-se o artigo 44 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em

(a) CAÍTO QUINTANA

Relator

PROPOSIÇÃO N° 35/2001 EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

SÚMULA:

Dá nova redação ao artigo 61 da Constituição Estadual.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Artigo 64 da Constituição Estadual, promulgam a seguinte emenda ao texto Constitucional.

Artigo Único - O “caput” do artigo 61 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na capital do Estado, independente de convocação, 1° de fevereiro a 15 de julho e de 1° de agosto a 15 de dezembro”.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É indiscutível que o recesso parlamentar impõe-se como uma necessidade fundamental para o exercício do

mandato eletivo, concretizando-se, pois, como atividade complementar dos deputados estaduais, fora da Assembléia Legislativa.

Além de permitir o permanente conhecimento dos problemas estaduais, cada um representa sua área de atuação, o que possibilita aos parlamentares estabelecerem um canal regular de comunicação com as chamadas bases eleitorais e a articulação partidária em nível regional e local.

No entanto, é inegável que o recesso dos Parla-mentos brasileiros é extremamente longo, sem dúvida desnecessário e por tais razões desgastante.

De fato, a imprensa - grande ou minúscula - tem batido duro nas Casas Legislativas da Unidade Federativa quando o assunto em questão é o recesso parlamentar. Para os veículos de comunicação em geral, recesso é sinônimo de férias e de desocupação.

Reduzir o tempo do recesso parlamentar no Estado do Paraná, dos atuais 90 dias para 60 dias, não só eliminará tais críticas, como trará enormes benefícios à Assembléia Legislativa,intonizando cada vez mais os deputados estaduais com a sociedade paranaense.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO N° 35/2001

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, objeto da Proposição n° 35/2001, de autoria do nobre deputado Nereu Moura e outros, tem por escopo dar nova redação ao *caput* ao artigo 61, da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais.

Preliminarmente, é necessário elucidar que a Constituição Estadual vigente, a exemplo das de outros estados da federação, adotam os mesmos períodos legislativos fixados para o Congresso Nacional, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 57 e parágrafos.

Não obstante a existência de disposições federais que disciplinam o funcionamento do Congresso, não há impedimento para que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, venha adotar normas próprias a respeito da matéria.

Isto posto a Proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo duto Plenário.

A emenda em análise, altera somente o *caput* do artigo 61, não adaptando às modificações propostas às normas contidas no seu § 3°, o que a torna inadmissível, em razão de não considerar as sessões preparatórias, previstas para o primeiro ano de cada legislatura e que são disciplinadas no § 3°, do referido artigo 61, o que inviabilizaria tais sessões, se aprovada a emenda da forma como está colocada, pela coincidência da data, com o início do período legislativo.

Pelas razões apresentadas, o parecer é contrário à aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSIÇÃO Nº 12/99

SÚMULA:

Acresce ao *caput* do artigo 27 da Constituição Estadual, o princípio da economicidade.

Art. 1º - Acresce ao *caput* do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná o princípio da economicidade.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.1999.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, *caputs*, estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, tais como da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade entre outros, que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a edição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um País como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com tantos sem teto, com tantos sem comida, com tantos sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre alto índice de sonegação de impostos, que afeta sobremaneira a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes, instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente às graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico, de alcance político-social, que apresentamos esta emenda, visando, sobretudo dentre os princípios norteadores da administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente, sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que permite repensar e melhor atuar no combate às profundas desigualdades sociais e regionais que estão desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter sempre em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundametais

inscritos em nossa vigente Carta Magna Republicana, no artigo 3º.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantando, em nome de nossa função parlamentar e de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além é claro, desta presente emenda.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL SOBRE PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12/99

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Ilustre deputado Irineu Colombo, objetiva acrescentar ao *caput* do artigo 27 da Carta Estadual o princípio da economicidade.

Muito embora não integre explicitamente o texto do artigo 27, o princípio da economicidade encontra-se implícito em seu conteúdo, subjacente aos princípios da legalidade e da razoabilidade. Resta deixar claro que a observação em comento não gera nenhum empecilho à louvável pretensão do Autor.

A Constituição Federal preceitua, em seu artigo 37, *caput*, os cinco princípios básicos norteadores da Administração Pública, e que foram recepcionados pela Constituição do Estado, em seu artigo 27, o que não impede que este venha a ser ampliado, com a adição do princípio que ora se propõe, tendo como único e salutar objetivo, o de zelar de forma inquestionável, pela probidade administrativa.

Neste aspecto, cabe ressaltar que a medida em apreço não restringe o texto constitucional maior, pelo contrário, o amplia no sentido de torná-lo mais enérgico e eficaz contra a malversação de recursos públicos, o que espelha sua constitucionalidade e oportunidade.

Considerando o exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação da Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSIÇÃO Nº 11/99

SÚMULA:

Acrescenta, ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, parágrafos que dispõem sobre a contratação de professores, técnicos e cientistas

estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica do Estado do Paraná

Art. 1º - Acrescenta-se, ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, os seguintes parágrafos:

“Art. 180 -...

Parágrafo Único -...

§ 2º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) PÉRICLES HOLLEBEN DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende regulamentar a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros a nível estadual, tendo por fundamento que a Constituição Federal, em seu artigo 207, §§ 1º, 2º, e Lei Federal nº 9.515, de 20 de novembro de 1997, regulamentam esta contratação por instituições de ensino superior federais.

Esta regulamentação, a nível estadual, é de fundamental importância para o ensino superior do Estado do Paraná, uma vez que constitui-se em mecanismo para o aperfeiçoamento de nossas instituições de ensino superior com o intercâmbio de conhecimentos.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 11/99

P A R E C E R :

A proposição em exame, de autoria do nobre deputado Péricles Golleben de Mello, objetiva acrescentar ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, parágrafos que dispõem sobre a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológicas do Estado do Paraná.

A presente proposta já foi contemplada “ipsis litteris” pela Emenda Constitucional nº 07, de 24 de abril de 2000, razão pela qual opinamos pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 33/2001

SÚMULA:

Inclui Parágrafo Único ao artigo 92 da Seção IV da Constituição do Estado do Paraná de 1989.

Art. 1º - Ao artigo 92 da seção IV da Constituição do Estado do Paraná de 1989, inclua-se Parágrafo Único com a seguinte redação:

“Art. 92 -...

Parágrafo Único - Os Secretários de Estado não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

“O artigo 86 do capítulo II - Seção I da Constituição do Estado do Paraná de 1989, estabelece: O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo”.

Baseado nesse dispositivo Constitucional, é que tomamos a liberdade de apresentar esta Emenda à Constituição, incluindo ao Artigo 92, Parágrafo Único, os Secretários de Estado.

Para que torne-se realidade, estamos certos que receberemos o apoio dos nobres colegas.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33/2001

P A R E C E R :

A Emenda Constitucional em análise, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, visa incluir um parágrafo único ao artigo 92 da Constituição Estadual, no sentido de determinar que Secretários de Estado, para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, necessitem de licença da Assembléia Legislativa.

Ainda que pese a boa intenção do autor, a medida proposta reveste-se de flagrante inconstitucionalidade, conforme as razões a seguir alinhadas:

Em lugar, a norma que se pretende implantar, através da presente emenda, não encontra correspondência na Constituição Federal, que prevê, em seu artigo 83, autorização Legislativa somente o afastamento do presidente e do vice-presidente da República, inexistindo qualquer imposição neste sentido aos Ministros de Estado.

Por questão de simetria, as Constituições Estaduais, assim como a nossa, adotam o mesmo critério em relação ao governador e vice-governador.

Cabe salientar que o governador é a autoridade máxima do Estado, investido no cargo por mandato eletivo, o que não permite afastar-se do Estado ou do País, pelo tempo estabelecido, sem autorização legislativa.

Isto se deve ao fato de permitir que o substituto natural, seja o vice-governador ou, na ausência deste, o presidente da Assembléia Legislativa assuma o comando do Estado.

Tal situação não ocorre com os secretários de Estado, que nada mais são do que servidores, nomeados em cargos em comissão, demissíveis “*ad nutum*”, e que têm como superior hierárquico o governador. Portanto, somente a ele cabe autorizar o afastamento, seja por quanto tempo for, de seus subordinados.

Assim sendo, a proposta em exame colide com as disposições do artigo 7º da Constituição Estadual, que estabelece a independência entre os Poderes do Estado. Impor a obrigatoriedade de licença da Assembléia para que secretários de Estado possam se ausentar do País, caracterizaria flagrante invasão de competência, ou seja, interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.

Considerando o exposto, o parecer é contrário à aprovação da Emenda, opinando pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 20/99

SÚMULA:

Dá nova redação aos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná.

Artigo Único - Os artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Parágrafo Único - O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 50 - A Polícia Científica, com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalística e médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida por perito oficial de carreira da classe mais elevada, na forma da lei.

§ 1º - A função policial científica fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da Polícia Científica é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle de ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais científicas.

§ 3º - Os cargos da Polícia Científica serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observando o disposto na legislação específica.

Sala das Comissões,

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/99

P A R E C E R :

A proposta de Emenda Constitucional em exame, de autoria do nobre deputado Fernando Ribas Carli, tem por objeto a autonomia da Polícia Científica - Criminalística e Instituto Médico Legal - atualmente subordinada à Polícia Civil.

Para a consecução de tais objetivos propõe o autor a adição de um inciso III ao artigo 46, através do qual dá tratamento próprio à Polícia Científica, tornando-a igualmente responsável pela segurança pública, juntamente com as Polícias Civil e Militar, elencadas nos incisos I e II do mesmo artigo.

O parágrafo único ao artigo 46, ora proposto, tem por escopo definir, com maior clareza, a alocação do Corpo de Bombeiros na Polícia Militar. Não obstante a vinculação desta Corporação já que se encontra implícita nas disposições do artigo 48, que trata das funções da Polícia Militar, nada impede que passe a constar do corpo constitucional com dispositivo específico.

Ao artigo 50, propõe a inserção de três parágrafos, cujos conteúdos são idênticos aos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 47, que dispõem sobre a Polícia Civil, valendo dizer que aos integrantes da Polícia Científica será dispensado o mesmo tratamento de carreira daquela.

Concluída a abordagem das disposições constitucionais a serem alteradas, cabe frisar que a emenda em questão não apresenta qualquer vício material que possa eivá-la de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, deve-se afirmar que a proposta atende aos superiores interesses públicos, ao desvincular a Polícia Científica da Polícia Civil, medida que a tornará mais independente, logo mais ágil, dinâmica e eficiente no exercício de suas funções, o que, certamente, reverterá em significativos benefícios para a sociedade.

Considerando as razões expostas, o parecer é favorável à aprovação da presente emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

PROPOSIÇÃO Nº 34/2001 EMENDA CONSTITUCIONAL

SÚMULA:

Dá nova redação ao Artigo 61 da Constituição Estadual.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - No artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná, fica substituída a expressão “15 de fevereiro” por “15 de janeiro”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - A Assembléia Legislativa reunir-se-á anualmente, na Capital do Estado, independentemente de convocação, de 15 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro”.

Art. 2º - Fica substituída a expressão “1º de fevereiro” para “5 de janeiro”, no § 3º do artigo 61, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º- A Assembléia Legislativa reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 5 de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente”.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Atendendo dispositivo constitucional, a Assembléia Legislativa reúne-se, anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, do que resulta um período de recesso de três meses. O recesso de início de ano, de dois meses, tem se mostrado de todo inconveniente, pois que acarreta dificuldades, tanto para o Poder Executivo que inicia seu exercício fiscal, como para o Legislativo que deixa de acompanhar a implantação de projetos e medidas, feitos para o ano em curso. Também o recesso prolongado, até 15 de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, abre uma lacuna, considerando que o presidente da Mesa Executiva da Assembléia só será eleito dois meses depois de iniciada essa.

Um recesso prolongado não contribui para fortalecer a democracia, pois, não podemos esquecer que é no Legislativo que o mais importante corpo representativo do povo se encontra. Uma das funções do Legislativo é a vigilância, e, representando os parlamentares a maioria, como a minoria, há esse que se fazer presente em todos os momentos da vida pública defendendo sempre o interesse da coletividade. O que torna-se difícil durante intervalos extensos do Legislativo, como é o de 15 de dezembro a 15 de fevereiro. Razão pela qual entendemos que a supressão de um mês nesse período será favorável para todos: Legislativo, Executivo, população. Como entendemos que a presente proposta está embasada no artigo 25 da Constituição Federal que preceitua:

“Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”.

Nos valem dos ensinamentos do emérito Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, no seu

“Comentários à Constituição Brasileira de 1988” (vol. 1), que lembra ser “traço característico do Estado federal a autonomia do Estado-Membro”. Discorrendo sobre a matéria, afirma ele que “a autodeterminação dos Estados constitui a regra; as vedações, as limitações, a exceção”. E segue esclarecendo quanto aos princípios limitativos da autonomia estadual afirmando:

“Não há dificuldade em identificar alguns princípios, que a Lei Magna explicita, os quais incontestavelmente são impostos aos Estados. São os que enumera o artigo 34, VII, da Constituição de 1988, apresentando-os como de observância imperativa por parte dos Estados. De fato a sua inobservância enseja a intervenção federal. São eles: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta”.

Lembra ainda o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que a Constituição Federal considera intocáveis, no artigo 60, que trata da “Emenda à Constituição”, os princípios enumerados no seu § 4º.

Nos comentários referentes ao preceito contido no § 1º ao artigo 25, afirma o professor que:

“À União cabem apenas os poderes que, explícita ou implicitamente, a Constituição lhe reservou; aos Estados, tudo o mais. Diga-se melhor. Aos Estados cabem todos os demais poderes, exceto aqueles que a Constituição federal confere, explícita ou implicitamente, aos municípios. Desse modo, a verdadeira significação do preceito em exame está em afirmar que tudo o que remanesce, extraída a competência da União e dos municípios, é da competência dos Estados”.

Observados os limites impostos, ou a regra normativa do máximo de três meses de recesso, constitucionalmente, tem o Poder Legislativo competência para dispor sobre a matéria, no caso reduzindo o período de reuniões em 30 dias.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº 34/2001

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, objeto da Proposição nº 34/2001, de autoria do nobre deputado Algaci Tulio, tem por escopo dar nova redação ao artigo 61 e seu § 3º, da Constituição Estadual, com vistas a reduzir o recesso parlamentar em 30 (trinta) dias anuais.

Preliminarmente, é necessário elucidar que a Constituição Estadual vigente, a exemplo das de outros Estados da Federação, adotam os mesmos períodos legislativos fixados para o Congresso Nacional, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 57 e parágrafos.

Não obstante a existência de disposições constitucionais federais que disciplinam o funcionamento do

Congresso, não há impedimento para que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, venha adotar normas próprias a respeito da matéria.

Isto posto a proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

Sala das Sessões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Emenda Aditiva: Acrescenta-se um novo artigo ao Capítulo ..., da Constituição Estadual, que trata das indenizações.

“ ... - Aos terceiros de boa-fé serão indenizados todos os prejuízos materiais, inclusive perda ou cessação de renda, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário, desde que também haja resultado e benefício, direto ou indireto, ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A verificação do direito e do valor dos prejuízos deverão ser realizados em pleito administrativo, mediante requerimento do interessado, podendo o Poder Executivo pagar o débito através de compensação com seus créditos fiscais, inscritos ou não em Dívida Ativa.”

JUSTIFICATIVA:

Gradativamente a União e o Estado tem buscado restaurar o patrimônio moral e material de pessoas atingidas por atos de exceção ocorridos em períodos de dificuldades democráticas. O dispositivo limita a indenização a hipótese em que haja ocorrido também o enriquecimento indevido do próprio Estado do Paraná, incumbindo ao interessado provar tanto a perda como o benefício, direto ou indireto, do Estado.

PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

P A R E C E R :

A presente emenda, proposta pelo nobre deputado Cesar Seleme, objetiva criar mecanismos constitucionais que obriguem o Estado a indenizar terceiros de boa-fé, que tenham sofrido prejuízos materiais decorrentes de atos de exceção, durante o período revolucionário, na forma que especifica.

É de notório conhecimento os desmandos praticados pelo regime ditatorial que se instalou no País a partir de 1964. A ordem jurídica, desde então, foi totalmente afrontada, dentre outras formas, pelos chamados atos de exceção, que iam das portarias ministeriais aos atos institucionais. Em muitos casos, referidos atos atingiam o cidadão comum, de maneira drástica, causando-lhe, via de regra, prejuízos morais e materiais de difícil reparação à época, por não lhe ser dada a oportunidade de despesa.

Portanto, nada mais justo e oportuno que o Estado venha agora, com a consolidação do regime democrático, corrigir ditas injustiças, através de processo indenizatório, nos casos em que, de qualquer forma, tenha auferido benefícios.

Além deste aspecto, a medida, por simetria, encontra respaldo no artigo 8º e seus parágrafos e artigo 9º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que concedem anistia aos que foram atingidos, por atos de excessão em face de motivos políticos e, também, o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que eivados de vícios graves.

Nesta esteira, nada mais justo e oportuno que inserir na Carta Estadual disposição que obrigue o Estado a indenizar aqueles que sofreram prejuízos materiais, motivados por tais atos, nos casos em que deles obteve benefícios diretos ou indiretos.

Isto posto, o parecer é favorável à aprovação da emenda em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

Republicados por terem saído com incorreções no Avulso do Diário da Assembléia do dia 03.09.2001